



Conselho Provincial de Luanda

ACTA N.º 6/2012

Aos 16 de Outubro de 2012, na sede da Ordem dos Advogados de Angola, sita em Luanda, na Rua Ho Chi Min, Edifício da Direcção Nacional de Estatística, pelas 15H00, realizou-se a quinta reunião ordinária do Conselho Provincial de Luanda (CPL).

A reunião, presidida pela Dra. Mariza Sequeira, na qualidade de Presidente deste Conselho, contou com a presença dos seguintes membros:

- Dr. António Joaquim;
- Dr.ª Anabela da Silva Bengue
- Dr. Aldemiro Morais
- Dr.ª Dejanine Sousa Santos
- Dr.ª Leniza Sampaio
- Dr. Evaristo Maneco;
- Dr. Flaviano Mafiló
- Dr. Luís Martinho Lunga

Ausências:

- Dr.ª Helena Prata (Justificada);
- Dr.ª Idalett de Sousa (Justificada);

A reunião teve a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

1. **Aprovação da acta da reunião anterior;**
2. **Avaliação do grau de execução das deliberações tomadas na última reunião;**
3. **Análise e deliberação sobre participações disciplinares contra advogados;**
4. **Balanço das Actividades da Semana do Advogado realizada de 18 a 22 do mês passado;**
5. **Proposta de alteração do Regulamento Interno do Conselho Provincial de Luanda;**
6. **Continuidade do programa de consultas jurídicas gratuitas denominado "Direito para Todos";**
7. **Diversos;**

Aberta a reunião e submetida a proposta de ordem de trabalhos, foi a mesma aprovada sem qualquer alteração. Passando imediatamente para a discussão dos pontos insertos na ordem de trabalhos, sendo certo que foram tomadas as seguintes deliberações:

1. Neste ponto os membros aprovaram, com ligeiras alterações, a acta da reunião anterior, que depois de assinada deverá ser arquivada na Secretaria do CPL;
2. No que toca a este ponto, foram passadas em revista as várias deliberações tomadas na reunião anterior, tendo-se concluído pela execução de quase todas elas, com excepção da deliberação tomada relativamente ao pedido de inscrição do Dr. José Bonito Capita – vide ponto n.º 5 da Acta N.º 5/2012-, tendo, contudo, a Presidente do Conselho informado que trataria de executar já a deliberação sobre o assunto e, ainda em face da ausência da Dra. Leniza Sampaio, no momento da discussão deste ponto, não foi prestada qualquer informação referente ao processo de inquérito em curso contra o Dr. Mário Freud, designadamente a concretização da deliberação da reunião anterior sobre o assunto.

Relativamente à deliberação sobre a participação feita pelo Sr. José Calenga contra o Dr. Paulo das Chagas Rangel – vide ponto 3, parágrafo 4.º da Acta N.º 5/2012 - informou o Dr. António Joaquim que durante a sua estada na cidade do Huambo contactou o participante e teve contacto com o processo no qual é mandatário o Dr. Paulo das Chagas Rangel. Segundo o Ilustre Colega existe sim um processo laboral intentado pelo participante na pessoa do referido mandatário, tendo, inclusive, o BAI, enquanto contraparte no processo, apresentado a sua contestação. Disse ainda que o processo se encontra no estado em que está pelo facto do referido mandatário não ter indicado na peça o seu domicílio profissional para efeitos de notificações localmente.

Disse ainda que depois de realizadas as referidas diligências contactou o participante dando-lhe a sua opinião em como deveria proceder para dar sequência ao andamento do processo.

Finalmente, foi elaborada uma carta solicitando ao colega Paulo das Chagas Rangel a proceder à devolução dos honorários, como, aliás, deixou expresso no seu pronunciamento. Concluiu dizendo que a única falha que se pode imputar ao advogado é falta de indicação do domicílio profissional localmente.

3. Neste ponto, foi uma, uma vez mais, analisada a participação feita pela Sra. Lisete Lourenço contra a Dra. Neusa Melão Dias, na qual se queixa da exigência do pagamento de honorários para além do acordado aquando da contratação da referida Colega, tendo o Conselho, depois de colhidas as mais variadas opiniões dos presentes, deliberado no sentido de instar a Ilustre Colega a cobrar tão-somente os honorários acordados no primeiro momento em que estabeleceu o vínculo contratual com a participante, exortando-a ainda a acompanhar com a necessária diligência o processo até ao fim. Para o cumprimento dessa deliberação ficou encarregue a Dra. Anabela Silva.

Foi ainda analisada a participação contra a Dra. Anabela Silva feita pelo Sr. Generoso Coutinho e, depois de ouvidas as declarações da participada, assim como a opinião dos membros do Conselho Provincial, esse deliberou no sentido de indiferir liminarmente a pretensão do participante, por entender que as questões afloradas na participação inseriam-se no âmbito de uma relação estritamente pessoal, portanto, sem qualquer conexão com o exercício da profissão de advogado. Para a execução dessa deliberação foi indicada a Dra. Leniza Sampaio.

4. Relativamente a este ponto, a Presidente do Conselho informou que as actividades alusivas à Semana do Advogado correram bem, pese embora a fraca participação dos membros do Conselho Provincial de Luanda, com destaque para o Programa "Direito para Todos", onde estiveram presentes apenas os Colegas Mariza Sequeira, António Joaquim e Evaristo Maneco. Dos demais membros, apenas dois justificaram as suas faltas, nomeadamente as Dras. Anabela Silva e Dejanine Santos.

5. Na análise deste ponto, tendo em conta a fraca participação dos membros do Conselho nas actividades relativas à Semana do Advogado, para uma maior responsabilização, foi deliberado proceder-se à alteração do Regulamento Interno do Conselho Provincial de Luanda, nomeadamente a sua al. c) do n.º 1 do art.º 6.º, tendo o Dr. António Joaquim, em face das duas propostas de alteração apresentadas, ficado com a incumbência de dar corpo às referidas propostas com vista a serem analisadas na próxima reunião.

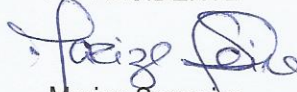
6. Nesse ponto, a Presidente do Conselho informou os membros de que o Programa "Direito para Todos" tem uma duração de seis meses, sendo certo que a próxima actividade esta agendada para o dia 20 do mês em curso, no município do Cazenga, apelando a participação activa de todos. Informou ainda que a próxima actividade teria lugar no município de Viana, no

dia 24 de Novembro, sendo que a última actividade deste ano acontecerá no município de Cacuaco, no dia 15 de Dezembro.

7.Finalmente nesse ponto foi analisada a forma como até agora se tem realizado a cerimónia de entrega de cédulas a advogados e advogados estagiários, constatando-se a necessidade de se melhorar a forma de organização para se evitar, sobretudo, que questões estritamente ligadas à profissão que em nada abonam o prestígio da classe, sejam levantadas e debatidas em presença de quem não está mergulhado no mundo da advocacia e a urgência de se proceder à alterações no quadro legal que regulamenta o exercício da profissão, o Conselho deliberou criar um grupo de trabalho, integrado pelos Drs. Helena Prata – coordenadora, Evaristo Maneco e Gracione Paulo, com o propósito de fazer um estudo sobre os assuntos referidos e apresentar propostas.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada quando eram 18H20, tendo sido lavrada a presente acta que, após aprovação, vai assinada pela Presidente.

A PRESIDENTE



Mariza Sequeira